

Editorial: expressão opinativa dos gêneros jornalísticos¹

Washington MOURA FILHO²
Estácio CEUT, Teresina, PI

Resumo

Este artigo apresenta o editorial como expressão opinativa dos gêneros jornalísticos. Para isso, evidencia categorizações realizadas por autores brasileiros. De caráter descritivo e natureza qualitativa, o artigo destaca importância de revisão permanente no que se refere aos gêneros jornalísticos e às categorizações propostas frente às mudanças em relação à forma de fazer jornalismo, sustentadas por recursos tecnológicos que marcam o século XXI. Tal revisão configura-se como desafio que se impõe aos estudiosos da área de Comunicação Social, com vistas à adaptação das tipologias às mudanças das realidades nas quais empresas e profissionais jornalistas estão inseridos.

Palavras-chave: Gêneros jornalísticos. Gênero opinativo. Editorial.

1 Propósitos comunicativos e gêneros jornalísticos: considerações genéricas

O jornalismo integra nosso cotidiano. A cada minuto, informações são emitidas pelos mais diversos canais. A Grande Rede, nas últimas décadas, tem contribuído com a prática jornalística, tornando-a mais dinâmica e ágil. Os relatos dos profissionais do jornalismo mudam, e com constância. É simples e perceptível, mesmo para quem não tem o hábito, por exemplo, de ler jornais diários, observar a diversidade de textos, a diferença entre as páginas, a divisão crescente em editoriais – política, economia, cultura, esportes, etc. Há aparente reordenamento textual com aprimoramento de recursos gráficos, sempre com vistas a atrair o grande público e facilitar a compreensão dos conteúdos.

José Marques de Melo considera o jornalismo como fenômeno universal, cujas raízes estão fincadas na origem européia. Destaca quão importante é conhecer a

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Mestre em Comunicação pela UFPI. Professor Assistente da Estácio CEUT. washingtonfilho13@hotmail.com

miscigenação inerente ao jornalismo brasileiro mediante a influência de colonizadores portugueses. Para ele, “nutre-se de um modelo português determinado por influências francesas e britânicas”, de forma que, “compreender os gêneros jornalísticos significa [...] estabelecer comparações, identidades, indagar procedências” (2006, p. 68). No entanto, em que pese tal ascendência, o maior impacto recebido pelo jornalismo brasileiro advém do modelo norte-americano. Dos EUA, importam-se tecnologias, técnicas de codificação, sistemas gerenciais e estruturas simbólicas. Isso ocorre com tal intensidade que, nos dias de hoje, no Brasil, prevalece um “jornalismo morfologicamente distante dos padrões portugueses, mas que também constitui uma cópia dos modelos franceses e norte-americanos (sem dúvida, nossas maiores fontes de inspiração)” (MARQUES DE MELO, 2006, p. 69), embora seja flagrante o nível e a intensidade de adaptações com tons de brasilidade.

Na verdade, o teórico supracitado dedica parte significativa de sua produção intelectual visando estudar a identidade do jornalismo no país, o que conduz à investigação minuciosa de formas e conteúdos dos relatos e da tipologia de gêneros específicos do jornalismo nacional. Para tanto, recorre à literatura internacional e a diferentes tipos de classificação no que concerne aos gêneros jornalísticos. Em suas análises, sempre alerta para o fato de que tal tipificação é processo ativo em consonância com as mudanças advindas da prática jornalística, as quais, por sua vez, decorrem da dinamicidade do tecido social. Para Marques de Melo (2006, p. 69), a zona limítrofe entre opinião e informação “metodicamente implantada pelo jornalismo inglês e levada às últimas consequências pelo jornalismo norte-americano, nunca existiu entre nós”.

É evidente que há estudos continuados sobre gêneros jornalísticos. No caso de Lia Seixas (2009), ela justifica sua preferência pelo tema, exatamente por conta de a temática, em termos de Brasil, ter sofrido drástica estagnação na década de 80, salvo um ou outro artigo publicado aqui e acolá nos anos 90. Em sua versão, pesquisas acerca dos gêneros jornalísticos quase que se esgotam *per se* com a edição do livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, de autoria de José Marques de Melo, em 1985, e reedição em 1994. Outro motivo elencado pela autora é o fato de as novas mídias inovarem os formatos, chegando a “embaralhar” os gêneros, motivo que explica a necessidade de olhares constantes rumo à temática e à sua categorização. Afinal, os novos formatos podem conceber novos gêneros jornalísticos.

Francisco Alves Filho (2011) ressalta a importância de problematizar o entendimento dos gêneros por meio da forma e do conteúdo, elementos que devem ser vistos de maneira conjugada. Enfatiza o caráter holístico dos gêneros, os quais, em sua opinião, além dos dois elementos básicos – forma e conteúdo –, incluem outros itens, tais como: valores, inspirações, situações, carga ideológica implícita e / ou explícita, além de alusão às funções sociais representadas por sujeitos que interagem por meio da adoção deste ou daquele gênero. O conhecimento dos gêneros, e, em particular, dos gêneros jornalísticos permite determinar qual o conteúdo mais “apropriado, adequado e em qual forma textual ele pode ser expresso de modo a se obter sucesso desejado na ação comunicativa” (p. 29). Logo, “[...] aprender gêneros pode ser uma forma de aprender a fazer escolhas responsáveis e deliberadas entre possibilidades existentes de combinação entre forma, conteúdo e valores neles expressos” (p. 31).

A fim de frisar a essência do entendimento dos gêneros, insere-se o propósito comunicativo, que corresponde à finalidade e / ou ao intuito que motiva o emprego de textos de determinados gêneros, levando em consideração a recorrência e as situações de tal utilização. No jornal, o propósito comunicativo está presente em diferentes textos e gêneros que o compõem, haja vista que “um mesmo gênero pode servir para atender a vários propósitos comunicativos e não para um único apenas” (ALVES FILHO, 2011, p.34).

2 Gêneros jornalísticos e categorização: semelhanças e dessemelhanças

Retoma-se a consideração anterior de que a classificação dos gêneros jornalísticos, no Brasil, recorre a três autores-chave, o primeiro dos quais, o mencionado José Marques de Melo, cuja tese de doutoramento sobre jornalismo opinativo é considerada um marco na temática, devido à amplitude e ao aprofundamento, além de que proporciona tipificação específica dos relatos. Outro autor é Luiz Beltrão (1980), pioneiro no tema sobre gêneros no país, ou seja, o precursor da categorização de relatos jornalísticos. Um de seus estudos fundamentais gira em torno do jornalismo opinativo, com a ressalva de que, apesar de se reconhecer como seu discípulo e por quem nutre respeito e consideração, Marques de Melo mantém algumas visões díspares em relação ao seu mentor, em particular, no que se refere à formulação – os porquês – de categorias, gêneros e espécies opinativos.

No centro da discussão sobre os gêneros, também participa Manuel Chaparro (1998). Por meio de estudo comparativo entre jornais brasileiros e portugueses, institui

nova categorização dos gêneros. Ao discordar do binômio informação x opinião como principal direcionamento empregado por Marques de Melo, Chaparro argumenta que temporalidade e angulação não podem ser consideradas como critérios para definir categorias, no caso dos gêneros opinativos. Levando em conta o relato informativo e opinativo, propõe a inserção do relato interpretativo como intermediário. Mais adiante, frente ao extenso processo de análise de jornais das duas nações, cujo idioma comum serve de elemento de aproximação, Manuel Chaparro termina, também, por apresentar uma classificação, mas acrescentando que apesar da língua, os jornais de Portugal e do Brasil ostentam diferenças acentuadas quanto ao relato da imprensa.

Aliás, Alves Filho (2011, p. 2) é bastante racional, quando alerta para o fato de que o dia a dia do jornalismo traz consigo, irreversivelmente, discussão acerca dos gêneros e os torna motivação para ressalva aprofundada de teóricos. Pesquisas empíricas diante de conteúdos jornalísticos sempre percebem “avanços processuais e identificam novas tendências no material divulgado pela imprensa, inclusive (ou principalmente) no que tange aos gêneros e formatos jornalísticos”. Sobre tal concepção e no tocante à abrangência do campo comunicacional,

No jornalismo, a veiculação de informações é condição *sine qua non* para sua permanência na sociedade, principalmente em tempo de tecnologias de informação e de comunicação, que aceleram o ritmo do fluxo informacional. Nos jornais impressos, os gêneros são mais bem visíveis e observáveis, uma vez que:

[...] as variações ocorrem com mais frequência, pela própria oportunidade que esse suporte oferece a repórteres e editores, para renovar a linguagem ou os procedimentos de redação jornalística, sem que isso signifique transformar determinada publicação em material sem identidade ou não identificável pelo público-leitor (ALVES FILHO, 2011, p. 3).

Tal como o autor anterior, Seixas (2009, p. 1-2), em proposta de análise dos gêneros jornalísticos, tendo como ambiente de estudo a plataforma *on-line*, reafirma a relevância de conhecer os gêneros jornalísticos como recurso para adquirir conhecimento mais aprofundado em relação à prática jornalística: isso “[...] significa conhecimento sobre as competências empregadas para realização da atividade, desde a produção à publicação do produto”. Nessa perspectiva, os gêneros jornalísticos estão diretamente atrelados ao cotidiano do profissional jornalista, pois envolve o processo de comunicação.

Marques de Melo (2003) traça tipologias específicas ao jornalismo brasileiro. Segundo seu ponto de vista, trata-se de preocupação quase que exclusiva de teóricos europeus e, em tempos mais recentes, de alguns latino-americanos. Como mencionado, revisita, então, classificações dos gêneros europeias, norte-americanas e hispano-americanas. Isto pressupõe se debruçar sobre a obra de diferentes autores de diferentes nacionalidades, como francesa, inglesa, espanhola, italiana, venezuelana e alemã, entre outras, sem contar os brasileiros Walter Sampaio (1971) e Zita de Andrade Lima (1970). Exemplificando: Folliet (1961); Frank Fraser Bond (1962); Emil Dovifat (1966); Domenico de Gregório (1966); Eugenio Castelli (1968); William Wood (1969); Martín Vivaldi (1973); Jacques Kayser (1974); Martínez Albertos (1974); Raúl Rivadeneira Prada (1977); Julio Cabello (1978); Rosalba Benitez (1981); e Juan Gargurevich (1982). Dentre eles, o francês Kayser merece destaque especial. Seu trabalho ganha notoriedade tanto na Europa quanto em países latino-americanos, por conter uma metodologia de análise voltada à identidade dos diários impressos, além de ter sido ele o precursor no tratamento dos gêneros no universo acadêmico.

Por outro lado, apesar da abrangência empreendida por Marques de Melo, este texto se limita à classificação dos gêneros, em âmbito nacional, até porque as mudanças são correntes. Notas, notícias, reportagens e entrevistas pertencem ao gênero informativo. No gênero interpretativo, estão dossiês, perfis, análises, enquetes e cronologias. O gênero opinativo incorpora editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas.

Antes da delimitação da classificação ora sintetizada, Marques de Melo (2003) considera a existência das categorias jornalismo informativo (notas, notícias, reportagens e entrevistas) e jornalismo opinativo (editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas). Como já destacado, é a constatação de que os gêneros acompanham as mudanças do jornalismo ao longo da história dos povos e das nações.

Sobre a diferenciação entre os gêneros, na categoria informativa, as notas são concebidas como relato dos acontecimentos em processo de configuração, enquanto as notícias consistem em relatos completos, que já conquistaram espaço no meio social. Quanto às reportagens, referem-se à narração de acontecimentos, mas de maneira ampla, de modo a retratar mudanças percebidas pelas empresas jornalísticas. As entrevistas, por conseguinte, são relatos que envolvem duas ou mais pessoas relacionadas ao fato, cujo contato pode acontecer diretamente com a coletividade.

No que concerne à categoria opinativa, reitera-se que Marques de Melo (2003) adota critérios como autoria e angulação para qualificar os gêneros, em linha contrária à concepção de Chaparro (1998), que não considera os dois fatores como capazes de definir algo. Adiante, estão os comentários e os artigos, que pressupõem autoria definida e explicitada, pois este é o indicador que orienta a identificação do receptor. Diante dos comentários e dos editoriais, percebe-se que ambos se estruturam segundo uma angulação temporal que requer tanto continuidade quanto imediatismo, o que não acontece nem com a resenha nem com o artigo. Neste caso, a primeira “descobre os valores de bens culturais diferenciados, e o segundo, embora também contemple fenômenos diferentes [...] aparece aleatoriamente” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66).

Outros formatos são as colunas, crônicas, caricaturas e cartas, que mantêm um ponto em comum: autoria, ou seja, textos e ilustrações são devidamente identificados. Para Marques de Melo (2003, p. 66), colunas e caricaturas “[...] emitem opiniões temporalmente contínuas”, convergentes ao desenrolar dos acontecimentos. Crônicas e cartas se defasam com maior rapidez, pelo fato de se relacionarem a fatos ora acontecendo, sem que necessariamente a notícia coincida com seu momento de apogeu. Ao tempo em que as cartas externam o juízo de valores de leitores e da coletividade, as caricaturas absorvem e reproduzem traços inerentes à linha editorial das organizações empresariais jornalísticas.

Mais adiante, em publicação de 2009, José Marques de Melo apresenta nova categorização de gêneros subdivididos em espécies, mas que, em geral, conserva as tendências anteriores, como o **Quadro 1** sumariza. Aos conteúdos de entretenimento e de serviços presentes no material jornalístico, denomina de gênero diversional (histórias de interesse humano e histórias coloridas) e de gênero utilitário – indicadores, cotações, roteiros e serviços –, respectivamente.

Quadro 1 - Classificação de gêneros jornalísticos, José Marques de Melo, ano 2009

Jornalismo informativo	Jornalismo interpretativo	Jornalismo opinativo	Diversional	Utilitário
Notas.	Dossiês.	Editoriais.	Histórias de interesse humano.	Indicadores.
Notícias.	Perfis.	Comentários.	Histórias coloridas.	Cotações.
Reportagens.	Análises.	Artigos.		Roteiros.
Entrevistas.	Enquetes.	Resenhas.		Serviços.

	Cronologias.	Colunas.		
		Crônicas.		
		Caricaturas.		
		Cartas.		

Adaptação da fonte: Marques de Melo (2009, p. 27-28).

É indiscutível que José Marques de Melo acredita que a valorização – maior ou menor – dos acontecimentos toma forma mediante a adoção de gêneros opinativos provenientes de quatro núcleos: empresa, profissional jornalista, colaborador e leitor. Em sua caminhada rumo à demarcação de uma tipologia essencialmente brasileira, apesar de eventuais controvérsias com seu mentor, como antes comentado, ele lança mão de pesquisas executadas por Beltrão (1998), até então, considerado por ele, como o único que se preocupa profundamente com as questões que rondam os gêneros jornalísticos.

Quanto a Luiz Beltrão, sua categorização inclui três grupos: jornalismo informativo (notícias, reportagens, histórias de interesse humano, informações pela imagem); jornalismo interpretativo (reportagens em profundidade) e jornalismo opinativo, alusivo a editoriais, artigos, crônicas, opiniões ilustradas e opiniões do leitor. Para seu discípulo, a tipologia sugerida não dá a devida atenção à natureza de cada gênero, “[...] seja no estilo / estrutura, narrativa / técnica de codificação”, privilegiando os ditames movidos pela prática profissional, e, assim sendo, estabelecendo limites e distinções entre as matérias (MARQUES DE MELO, 2003, p. 60).

Quanto ao citado Manuel Carlos Chaparro (1998), que também alcança notoriedade no campo de gêneros jornalísticos, este efetiva pesquisa comparativa entre os jornais brasileiros e portugueses. A princípio, faz levantamento detalhado dos primeiros periódicos que circulam tanto no Brasil quanto em Portugal, além de ressaltar a origem opinativa na imprensa brasileira, fase que se intensifica com o lançamento do mencionado *Correio Braziliense*. Acredita que a argumentação em consonância com o relato jornalístico se torna mais evidente, até porque representa uma fase que favorece a consolidação nos jornais da forma discursiva do *comment*, o artigo. E mais, em Portugal, as mudanças na forma e no conteúdo de escrever lidam com drásticas interferências, sobretudo, quando do regresso dos jornalistas do exílio, após o ano de 1820, período da Revolução Liberal. São esses profissionais que renovam e modernizam processos técnicos e conteúdos, fazendo com que

a denominada imprensa de opinião alcance Portugal, indo além da França e da Inglaterra, onde já prevalece.

Corroborando observações precedentes, Chaparro (1998) admite que a imprensa brasileira recebe contribuições diretas do modelo jornalístico norte-americano, a exemplo da profissionalização implementada nas redações ao longo dos anos, o que acontece *pari passu* com a atualização empresarial na definição de modelo gerencial das organizações. O autor pontua que a principal diferença entre imprensa portuguesa e imprensa brasileira, no século XXI, está na modernização. Se, no Brasil, há crescente visão empreendedora de mercado e que instiga o consumo, percebendo o jornal como fonte de lucro, em Portugal, tal concepção é pouco exercida pelos proprietários de impressos portugueses. Isso acaba por contribuir com diferenças mais fortes na forma e no conteúdo do material produzido pela imprensa dos dois países e na fundamentação do jornalismo brasileiro e português. O primeiro está mais conectado com a lógica mercadológica. O segundo, mais preocupado em manter a hegemonia de estatutos editoriais, conselhos de redação e códigos deontológicos.

De qualquer forma, para delimitar suas vertentes classificatórias para os textos jornalísticos dos impressos, Manuel Chaparro recorre ao brasileiro José Marques de Melo. De forma geral, o português discorda e critica a categorização de vários autores, incluindo brasileiros e espanhóis, argumentando que não legitimam a dicotomia opinião *versus* informação enfatizada nos estudos precursores dos gêneros. Paradoxalmente, nas categorias por ele fixadas, não cabe a dualidade opinião *vs.* informação, pois acredita haver opinião e informação em qualquer gênero jornalístico: há opinião na informação; há informação na opinião. Isto é, ao contrário de Marques de Melo (2003, 2009), que categoriza os relatos jornalísticos separando informação de opinião, Chaparro (1998), considera tal concepção como linha divisória artificial.

Sua tipologia é construída com base na ideia da “inevitabilidade da valoração jornalística [...] influenciada pela interferência interessada e legítima de vários sujeitos do processo, tanto no relato quanto no comentário da atualidade”, segundo palavras *ipsis litteris* de Chaparro (1998, p. 110). Os gêneros são enquadrados em esquemas narrativos (relatos de acontecimentos); esquemas argumentativos (comentários dos acontecimentos); e informações de serviços, que incluem cotações da bolsa ou movimento de navios. As demais formas de expressão estão incluídas numa dessas categorias-base. Indo além, ao propor o arranjo de gêneros dos relatos jornalísticos, o autor levanta pressupostos, segundo os quais, o jornalismo, como relato da atualidade, só pode ser realizado por meio de

técnicas advindas da prática e do fazer. As categorizações são sempre contextuais e mutáveis em conformidade com épocas e circunstâncias, com processos sociais, políticos, culturais e tecnológicos. Em outras palavras, nenhuma forma de classificação permanece imune diante do surgimento e da expansão das TIC. Dentre elas, destacam-se: disseminação da linotipia; modernização de sistemas rotativos de impressão; aperfeiçoamento da policromia; e acesso, agora, bem mais fácil aos artefatos tecnológicos produzidos para a informatização, em particular, na esfera da edição eletrônica e da transmissão de textos e imagens.

A definição da classificação de Marques de Melo (2003) finca raízes na divisão primária dos relatos estabelecida pelo editor de *The Daily Courant*, o qual, conforme Chaparro (1998), aparta as notícias dos artigos: de um lado, estão as *news*; do outro lado, os *comments*, pondo em relevo a capacidade de reflexão do grande público.

Depois de *The Daily Courant* e de Samuel Buckley, várias revoluções culturais, políticas e tecnológicas mudaram a sociedade e as interações humanas, impondo adequações aos saberes e fazeres jornalísticos. Nessa evolução, há mais de um século que o jornalismo deixou de se expressar apenas por notícias e artigos. Nos últimos 100 anos, a reportagem, por exemplo, tornou-se a forma discursiva predominante em jornais e revistas (CHAPARRO, 1998, p. 100).

Ainda a respeito da discussão sobre textos opinativos conter informações ou textos informativos conter opinião, ao analisar a proposta brasileira, Chaparro (1998) traz à tona o estudo de Marques de Melo (2003), cujo eixo central está balizado no trabalho de Beltrão (1980). Reitera sua discordância no tocante aos critérios utilizados por Marques para definir, diferenciar e caracterizar os gêneros opinativos, a saber: temporalidade, angulação e autoria, em que a temporalidade dos acontecimentos vincula-se a ações estratégicas de instituições e grupos sociais, dos quais relatos e difusão jornalística fazem parte integrante.

Sobre os ângulos de abordagem, “em relação à evolução temporal dos acontecimentos, o que muda é a estratégia narrativa, não o ângulo”, pois o “texto jornalístico resulta de múltiplas interações entre jornalistas e fontes”, diz Chaparro (1998, p. 109). E em se tratando da tipificação dos gêneros, ele diferencia informação e opinião em relação ao formato, quando a distinção entre relato e argumento é visualizada. Porém, quando a dicotomia opinião vs. informação é vista sob o prisma do conteúdo, o autor acredita que há bastante interação entre as duas vertentes.

3 Editoriais como gêneros jornalísticos: reflexões e características

Como integrante do gênero opinativo, o editorial, segundo Marques de Melo (2003), é praticamente exclusivo da imprensa, de forma mais precisa, dos jornais, trazendo a expressão opinativa da empresa. Na última metade do século XX, passa por modificações estruturais e o espaço a ele destinado é reavaliado pela maioria dos órgãos de imprensa. Acrescenta-se, porém, que o formato editorial também está presente em revistas semanais e em publicações de caráter técnico-científico. Se, tanto nos jornais como nas revistas, os editoriais têm presença garantida, a localização onde aparecem varia de título para título.

Sobre este detalhe, o historiador brasileiro Benedito Juarez Bahia (1990) esclarece que os jornais matutinos tendem a fixar os editoriais em páginas certas e utilizam diversos recursos para destacá-los: uso de caracteres maiores, capitulares (primeira letra do início da frase com maior destaque), colocação de charges ou mesmo carta aos leitores. A página editorial, na qual o editorial aparece, como emissor da opinião oficial do veículo, em geral, não consta com assinatura. Em linha complementar, a página de opinião, vista por alguns teóricos e profissionais, como extensão da página editorial, contém sempre matérias devidamente assinadas. Afinal, nem sempre exprimem o ponto de visto do meio de comunicação. Os colaboradores, salvo raríssimas exceções, são livres para discordarem da linha editorial daquele determinado título.

O editorial possui, por conseguinte, peculiaridades específicas enumeradas em quatro, de acordo com Beltrão (1980): impessoalidade (não é considerado matéria assinada, por isso, vem na primeira pessoa do plural ou terceira do singular); topicalidade (o tema é delimitado); condensalidade (ideias pontuais e afirmativas); e plasticidade, informação flexível, não dogmática e maleável.

É ainda esse autor quem classifica as espécies dos editoriais segundo cinco variáveis: morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza. Em relação à morfologia, destacam-se: artigo de fundo, editorial principal que, quase sempre, vem na página de opinião dos jornais; *suelto*, análise sucinta (tópico) acerca de um fato atual; e nota, que se refere a uma determinada ocorrência de modo a apresentar o desenrolar do acontecimento ao leitor. Quanto ao segundo item – topicalidade – Beltrão (1980) destaca as espécies: preventivo, que aborda tema novo do qual podem advir mudanças ou prosseguimentos; de ação, voltado ao impacto da ocorrência enfocada; e de consequência, que centraliza

repercussões e efeitos. Quanto ao conteúdo, os editoriais são informativos (esclarecem); normativos (enunciam procedimentos); e ilustrativos (ênfaticam a educação do cidadão). No que diz respeito ao estilo, os editoriais abrangem duas linhas: intelectual (racional); e emocional, visando, com maior vigor, à sensibilização. E, por fim, em relação à natureza, os editoriais podem ser: promocionais, com a finalidade de reforçarem a linha editorial do meio de comunicação; circunstanciais, atentos ao imediato, lançando mão das chances corretas; polêmicos, beirando ao sensacionalismo, com a função de contestar e provocar.

Marques de Melo (2003, p. 104-105) também define o editorial em consonância com os passos delineados por Luiz Beltrão. É bastante incisivo quando faz alusão aos conteúdos dos editoriais na imprensa brasileira, os quais, em sua essência, não tratam de temas diversificados. Permanecem, salvo exceções, atrelados aos interesses do Estado e dos poderosos:

[...] o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana.

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam.

Ainda sobre o tema, Marques de Melo (2006, p. 70-71) revisita Luiz Beltrão e acorda que o editorial mantém singularidades: “[...] estruturalmente, reproduz o modelo universal do discurso aristotélico; funcionalmente, orienta-se não como bússola da opinião pública e sim como conversação (ora matreira, ora ostensivamente ameaçadora) com os donos do poder”. Bahia (1990), na ocasião, diferencia o artigo de fundo do artigo de opinião. Um dos aspectos distintivos é o estilo mais “empolado” e bombástico do artigo de opinião, comprovando mudanças constantes quando da utilização do editorial pela imprensa. Dois fatores são, então, considerados. Primeiro, as transformações constantes do jornalismo. Mudanças de técnicas (avanço das TIC); mudanças de conteúdos, com a maior participação dos indivíduos rumo ao jornalismo cidadão. Segundamente, a reorganização das redações por meio da implantação de editoriais obedecendo à segmentação gradativa e sistemática dos mercados.

Segundo Bahia (1990), na atualidade, o editorial evolui frente à multiplicidade, à abrangência e à atualização das funções do jornalismo, com tal intensidade que, em seu perfil contemporâneo, o jornalismo situa, sim, o editorial no universo do gênero opinativo. As demais matérias, praticamente em sua totalidade, priorizam os critérios noticiosos observados quando da produção de textos informativos.

Antes, a opinião da mídia é expressa em artigo de fundo, em geral, redigido e assinado pelos proprietários das empresas de comunicação. Hoje, além de não ser assinado, mesmo prosseguindo em seu intuito de fortalecer a opinião dos empresários ou de um conselho diretor (ou qualquer outra terminologia que se use), o editorial dificilmente é escrito por algumas dessas figuras e, sim, por um editorialista – profissional que prepara e assina o editorial. Sobre este fato, Bahia (1990, p. 98) crê que quando o editorialista não integra o conselho de redação, tende a se ver “[...] como quem é pago para escrever e não pensar”. Em qualquer situação, porém, é evidente que o editorial, ao emitir o posicionamento das organizações comunicacionais, pode sofrer distorções. Uma delas é causada pela onipresença da determinação do chefe, por mais que seja escrito por um editorialista e definido por um conselho de redação. O termo manipulação, para esse caso, é empregado pelo autor, quando registra que “o público, ressentindo-se da falta de consenso, percebe na opinião uma unilateralidade e uma parcialidade tão flagrantes que até se chocam com a lateralidade e a imparcialidade das notícias” (p. 99).

É o endosso à posição enunciada por José Marques de Melo, quando denuncia o atrelamento do editorial aos ditames do Estado em vez de fomentar diálogo com a opinião pública:

Historicamente [...] [o editorial] alicerça a intermediação do jornalismo nas relações entre a sociedade e o poder, desde que se propõe a exprimir rejeições essenciais da cidadania e a reconhecer reações objetivas das instituições. Mais do que a notícia, a opinião se nutre da delegação dos cidadãos para exercitar o seu papel crítico (BAHIA, 1990, p. 100).

A criticidade deve figurar como elemento intrínseco ao editorial, ao lado da persuasão e da linguagem direta e acessível. A notícia evidencia os acontecimentos diariamente. O editorial interpreta (ou julga) o sentido do que acontece. A partir daí, possibilidades e efeitos são mitigados ao ponto de antever novos fatos. Para isso, o editorialista precisa ser astuto e “visionário”. Para Bahia (1990, p. 101), um bom

editorialista é quem consegue agregar características de criticidade ao editorial e dose significativa de “acuidade crítica, sem a qual não consegue separar o que há de passageiro e accidental do que há de decisivo num acontecimento”.

É possível questionar – o que faz os leitores apreciarem a leitura de editoriais? Bahia (1990) acredita que advém, inicialmente, da credibilidade do veículo, uma vez que o texto redigido pelo editorialista é o reflexo “fiel” da avaliação da empresa sobre os fatos. Afinal, a onda de modernidade que atinge os segmentos da sociedade contemporânea, incluindo o jornalismo, possibilita acrescentar à dimensão opinativa certo nível de exigência crítica tão consistente quanto a qualidade da notícia. Há, no entanto, que atentar para o risco permanente de o editorial opinar de forma equivocada ou simplesmente se posicionar mal. Assim como a notícia é elaborada, quase sempre, em nível de urgência, ao editorial também se exige a utilização de raciocínio, reflexão e equilíbrio, devendo ser sempre autêntico.

Para ser uma opinião livre e independente, o editorial requer autenticidade. Da mesma forma que a notícia requer exatidão para ser aceita como veraz. Por esse motivo é que, sem perder a sua condição de pensamento oficial do veículo, o editorial deve se revestir de uma elaboração consensual e não impositiva (BAHIA, 1990, p. 104).

No que concerne ao editorial, Beltrão (1980) argumenta que a linha editorial é sempre (ou deveria ser) o ponto de arranque para o editor, cuja atividade está (deveria estar) atrelada a princípios éticos e a normas práticas. Logo, o trabalho diário do editor é pautado tanto nos anseios da comunidade quanto nas diretrizes da empresa de comunicação. É,

[...] através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum (BELTRÃO, 1980, p. 52, grifo nosso).

No entanto, Marques de Melo (2003) discorda da concepção expressa por Beltrão sobre o editorial no trecho – “orientar o pensamento social para ação da defesa do bem comum”. Para ele, o gênero opinativo acaba por não orientar a opinião pública. E insiste: acaba por nutrir relação de diálogo – geralmente amistosa – com os “donos do poder”. Prosseguindo em seu pensamento, a fim de reafirmar as características do editorial,

mormente quanto à forma e ao conteúdo, e tendo como referência central a função da linha editorial, Beltrão (1998) compara o editorial com outro gênero jornalístico da categoria informativa: a notícia. Afirma ser a notícia objetiva no momento em que relata os acontecimentos, incluindo o ocorrido ou ainda o que é possível de ocorrer. Sob este prisma de análise, está claro que a notícia se diferencia do editorial por sua profundidade, além das dimensões de tempo e espaço. Quer dizer, o editorial tanto “[...] pode nascer da notícia ou dela transcender, adiantar-se sobre ela, valendo-se de dados subjetivos e retirando de um fato [...] suas causas e consequências, inferências e conclusões” (BELTRÃO, 1980, p. 52).

Em relação ao formato e em confronto com a notícia, o editorial pode ser visualizado como uma notícia qualificada, haja vista que representa o foro íntimo do veículo de comunicação. O editorial é, assim, uma notícia engajada. É exclusiva, porque emite opinião própria. É profunda, porque vai além da superfície dos fatos, incorporando autoridade, consistência e hierarquia aos conteúdos. Nesse sentido, na visão de Bahia (1990, p. 99), pode ser visto como “uma notícia informativa e opinativa que se caracteriza por uma posição crítica do acontecimento que se analisa e julga”.

Outra característica apontada por Beltrão (1980) é a impersonalidade, na acepção de impessoalidade do editorial. Suas marcas podem ser expressas pelo fato de não constar com assinatura, além de usar ao longo do texto, a primeira pessoa do plural ou a terceira do singular, o que, sob uma visão de ordem psicológica, parece conferir mais autoridade aos conceitos apresentados. Para esse teórico, o editorial também assume o papel de recurso potencializador para fazer a comunidade agir, ou seja, orientar a opinião pública. O gênero age como verdadeiro alto-falante ou porta-voz, que anuncia e enuncia as tendências da empresa por meio do editor. Quanto ao formato, o editorial possui uma estrutura relativamente rígida, mas bem simples, composta por: título, introdução, discussão e conclusão.

Aqui, é válido rever o pensamento das comunicólogas Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho (2001, 2013) e Jorge Lellis Bomfim Medina (2001), quando lembram a importância de revisão permanente no que se refere aos gêneros jornalísticos e às categorizações propostas frente às mudanças em relação à forma de fazer jornalismo, sustentadas por recursos tecnológicos que marcam o século XXI. Tal revisão configura-se como desafio que se impõe aos estudiosos da área de Comunicação Social, com vistas à adaptação das tipologias às mudanças das realidades nas quais empresas e profissionais

jornalistas estão inseridos. Generalização universal dos gêneros constitui vã utopia, haja vista que estão em processo de mudança permanente.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, F. **Gêneros jornalísticos**: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2011. p. 9-46.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 97-112.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CASTELO BRANCO, S. Reflexões sobre a opinião no jornalismo brasileiro. In: ARAGÃO, I. P.; MORAIS, O. J. de.; JACONI, S. **Fortuna crítica de José Marques de Melo**: jornalismo e midiologia. São Paulo: Intercom, 2013. v. 1, p. 211-222.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Estrutura do jornalismo: a questão dos gêneros. In: _____. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. p. 67-75.

_____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis : Vozes, 1985.

_____. _____. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom, 2009. p. 1-14